

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FUNDAÇÃO MARIA EDUARDA VASQUES DA CUNHA DE EÇA

ANO : 2017

Handwritten signatures and text:
Carla...
Assim...
Ana...
F...
F...

1 - Identificação da entidade**1.1. Dados de identificação**

Designação da entidade: FUNDAÇÃO MARIA EDUARDA VASQUES DA CUNHA DE EÇA
 Sede social: Rua das Chagas, Nº4, Lisboa
 Atividade Principal: Atividades de apoio social sem alojamento, para pessoas idosas.
 Atividades Secundárias: Agricultura, Silvicultura e Arrendamento de Imóveis.
 Fundação Privada reconhecida como IPSS e como Instituição de Utilidade Pública.

A Fundação foi reconhecida como Fundação e IPSS entre os meses de Agosto e Setembro de 2015. De facto o reconhecimento como Fundação foi emitido por Despacho do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares no dia 10 de Agosto de 2015, publicado na Segunda Série do Diário da República de 25 de Agosto de 2015. Como IPSS e Instituição de Utilidade Pública a Fundação foi registada no dia 25 de Setembro de 2015 pela inscrição nº11/15, a fls 88 verso 89 e 89 verso do Livro nº 7 das Fundações de Solidariedade Social, considerando-se efectuado em 10/8/2015 nos termos do nº 3 do artigo 9º do regulamento acima citado.

Desde a sua constituição em 2007 que a Fundação exerce fundamentalmente as actividades secundárias. Em 2017, no sentido de iniciar o desenvolvimento da sua actividade principal, a Fundação adquiriu um imóvel na Figueira da Foz e beneficiou da doação de um outro imóvel, também na Figueira da Foz, tendo iniciado a actividade social.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**2.1. Referencial contabilístico utilizado**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Não existiram quaisquer derrogações às disposições do SNC-ESNL.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**3.1. Principais políticas contabilísticas**

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Não há eventos materialmente relevantes após a data do balanço.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Não se verificaram transações em moeda estrangeira.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

Principais Rubricas AFT	Vidas úteis
Edifícios e Out. Construções	Entre 20 e 50 anos
Equipamento Básico	Entre 4 e 8 anos
Equipamento de Transporte	Entre 6 e 8 anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 6 anos
Outros Activos Tangíveis	Entre 3 e 8 anos

- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos, edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente.

O modelo de reconhecimento das propriedades de investimento é equivalente ao referido para os ativos fixos tangíveis.

Não existiram alterações às políticas contabilísticas, estimativas e erros.

A Administração

3

O Contabilista Certificado

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem, nos respetivos itens de gastos. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de propriedades de investimento.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Não havendo vida útil definida e a mesma não possa ser estimada com fiabilidade, e no cumprimento do normativo do SNC, a Fundação amortizou os seus Activos Intangíveis tendo por base o período de 10 anos de vida útil.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência significativa sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método da equivalência patrimonial.

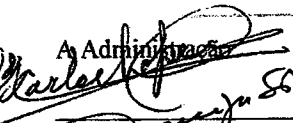
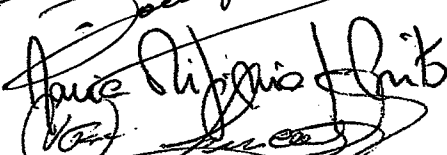
De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das empresas detidas. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida, à data de aquisição, é considerado "Goodwill", sendo reconhecido no ativo. O "Goodwill" será amortizado pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado. Não sendo possível estimar a sua vida útil, a Fundação amortizará o "Goodwill" tendo por base o período de 10 anos de vida útil. Caso a diferença seja negativa ("Goodwill negativo"), é reconhecido na demonstração de resultados.

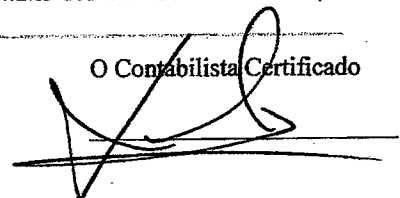
Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos do art 10º do Código do IRC (CIRC), estando cumpridos os requisitos do nº 3 do art 10º do CIRC. A entidade é sujeita a tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC aplicáveis às entidades que não exercem a título principal uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21,00% sobre os rendimentos empresariais derivados das actividades comerciais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários.

A Administração

A Administração




- Inventários

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros créditos a receber

As contas de "Clientes" e "Outros créditos a receber" estão reconhecidas pelo seu valor actual, que não difere do seu valor nominal, diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor actual, que não difere do seu valor nominal.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor actual, ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

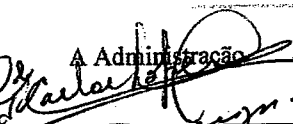
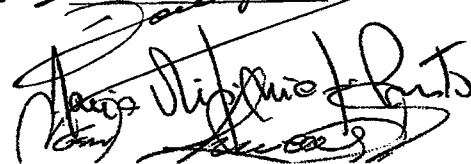
Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

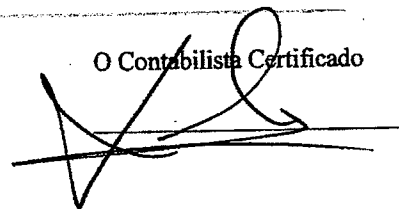
- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela venda de produto acabado, e prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Os rendimentos da venda de produto acabado e dos serviços prestados são reconhecidos na data da venda ou da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

A Administração





- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos Fundos Patrimoniais". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem: i) uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Entidade divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

- Ativos e Passivos Contingentes

A Entidade não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os activos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o activo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

- Principais julgamentos e estimativas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Entidade são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

Administrador
Margarida Vasques da Cunha de Eça
Presidente
Margarida Vasques da Cunha de Eça



- Ativos Biológicos

Os Ativos Biológicos à data do balanço são mensurados ao justo valor baseado no preço das transações previstas.

Os Ativos Biológicos são reclassificados para inventários no momento em que se encontram prontos para serem vendidos pelo respectivo justo valor nesse momento.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2017:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	1.810.459,39	133.759,06	583.351,10	45.411,98	6.954,72		7.964,87	20.105,09		2.608.006,21
Depreciações acumuladas		101.670,46	367.921,47	43.815,96	6.693,11		7.962,80			528.063,80
Saldo no início do período	1.810.459,39	32.088,60	215.429,63	1.596,02	261,61		2,07	20.105,09		2.079.942,41
Variação do período	4.004.434,73	615.487,24	18.520,82	18.125,82	618,96		1.026,43			4.658.713,20
Total de aumentos	183.930,00	551.058,80	47.334,70	28.500,00	612,69		1.296,52			812.732,71
Aquisições em primeira mão	110.460,00	330.648,80	47.334,70	20.000,00	612,69		1.296,52			510.352,71
Alienações no período (Val.AA)				8.500,00						8.500,00
Aumentos por doação	73.470,00	220.410,00								293.880,00
Total diminuições	199,50	11.571,56	28.813,88	10.374,98	193,73		270,11			51.423,76
Alienações no período (Val.Aq)			17.850,00	8.500,00						26.350,00
Depreciações do período	199,50	11.571,56	10.963,88	1.874,98	193,73		270,11			25.073,76
Transferências p/ AFT de Prop. de Investimento	3.820.904,25	76.000,00								3.896.904,25
Outras transferências		0,00					0,00			0,00
Saldo no fim do período	5.815.894,14	647.575,84	233.958,45	19.721,04	680,57		2,07	20.105,09		6.738.155,61
Valor bruto no fim do período	5.815.293,64	760.817,86	612.835,80	56.911,98	7.567,41		9.261,39	20.105,09		7.282.793,17
Depreciações acumuladas no fim do período	199,50	113.242,02	378.885,35	37.190,94	6.886,84		8.232,91			544.637,56

Durante o exercício de 2017 as aquisições de Ativos Fixos Tangíveis respeitam à aquisição dos seguintes bens de investimento: Edifício para o desenvolvimento da actividade social sito no Largo Dr Pereira das Neves na Figueira da Foz; duas ceifeiras, uma tarara, uma electrobomba e uma viatura Ligeira de Mercadorias; computador para apoio administrativo. para utilização na actividade agrícola. Foi efectuada uma reclassificação de Propriedades de Investimento para Ativos Fixos Tangíveis (AFT) de terrenos utilizados no âmbito das actividades agrícolas. Salientamos ainda a aquisição por doação de uma propriedade que inclui um Edifício Habitacional sito na Quinta Nossa Senhora da Guia na Figueira da Foz.

Sobre os artigos Rústicos do Concelho de Montemor-o-Velho números R1373/4795, R1374/4797, R997/4100, R1013/4132, R1064/4226, R1377/4803, R1379/4807 mencionados nesta rubrica de AFT, recai hipoteca a favor do Novo Banco para garantia de um empréstimo de montante máximo de 130.000,00 €. Os bens mencionados estão considerados pelo montante de 398.312,50 €. Como garantia a este mesmo financiamento recaem ainda hipotecas sobre bens classificados em Propriedade de Investimento (ver nota de divulgações sobre Propriedades de Investimento).

A Administração

7

O Contabilista Certificado

Quadro comparativo (2016):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	60 190,71	133 759,06	546 758,18	45 411,98	6 954,72		7 964,87	20 105,09		821 144,61
Depreciações acumuladas	58 694,31	96 138,83	358 553,51	43 815,96	6 550,44		7 962,80			571 715,85
Saldo no início do período	1 486,40	27 620,23	188 204,67	1 595,82	404,28		2,07	20 105,09		218 428,76
Variáveis do período	1 808 962,99	(3 531,63)	27 224,96		(142,67)		0,00			1 830 513,65
Total de aumentos	58 694,31		36 592,92							95 287,23
Aquisições em primeira mão			36 592,92							36 592,92
Abates de AFT (valor AA)	58 694,31									58 694,31
Total diminuições	58 694,31	5 531,63	9 367,96		142,67					73 736,57
Depreciações do período		5 531,63	9 367,96		142,67					15 042,26
Abates de AFT (valor Aquis.)	58 694,31									58 694,31
Transferências p/ AFT de Prop. de Investimento	1 808 962,99									1 808 962,99
Outras transferências		0,00					0,00			0,00
Saldo no fim do período	1 810 459,39	32 088,60	215 429,63	1 596,82	261,61		2,07	20 105,09		2 079 942,41
Valor bruto no fim do período	1 810 459,39	133 759,06	583 351,10	45 411,98	6 954,72		7 964,87	20 105,09		2 608 006,21
Depreciações acumuladas no fim do período		101 670,46	367 921,47	43 815,96	6 693,11		7 962,80			528 063,80

4.2. Divulgações sobre propriedades de investimento

Em 31 de Dezembro de 2017 o detalhe da rubrica propriedades de investimento é como se segue:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Outras propriedades de investimento	Prop. Invest. Em Curso	Adiantamentos	TOTAL
Valor Bruto no início do período	4 278 527,75	1 285 442,98				5 563 970,73
Depreciações Acumuladas		89 316,95				89 316,95
Saldo no início do período	4 278 527,75	1 196 126,02				5 474 653,77
Total de aumentos		76 072,86				76 072,86
Alienações no período (Val.AA)		76 072,86				76 072,86
Total diminuições	3 804 904,25	616 135,79				4 421 040,04
Alienações no período (Val.Aquisição)		515 836,81				515 836,81
Depreciações do período		8 298,98				8 298,98
Transferências de Prop. de Investimento p/AFT	3 804 904,25	92 000,00				3 896 904,25
Saldo no final do período	473 623,50	656 063,10				1 129 686,60
Valor Bruto no fim do período	473 623,50	677 686,17				1 151 229,67
Depreciações Acumuladas		21 543,07				21 543,07

De: A Administração
 Carlos...
 Maria...
 ...

O Contabilista Certificado

Quadro comparativo (2016):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Outras propriedades de investimento	Prop. Invest. Em Curso	Adiantamentos	TOTAL
Valor Bruto no início do período	6 087 496,75	1 285 442,98				7 372 939,73
Depreciações Acumuladas		76 948,99				76 948,99
Saldo no início do período	6 087 496,75	1 208 493,99				7 295 990,74
Total de aumentos						
Total diminuições	1 808 963,00	12 367,97				1 821 330,97
Depreciações do período		12 367,97				12 367,97
Transferências de Prop. de Investimento p/AFT	1 808 963,00					1 808 963,00
Saldo no final do período	4 278 527,75	1 196 126,02				5 474 653,77
Valor Bruto no fim do período	4 278 527,75	1 285 442,98				5 563 970,73
Depreciações Acumuladas		89 316,95				89 316,95

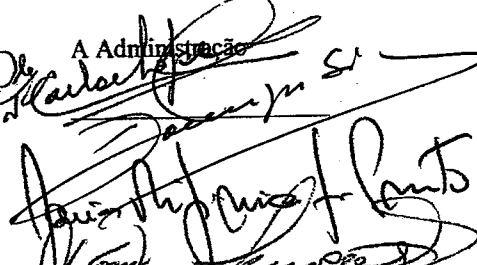
Sobre os artigos Rústicos do Concelho de Montemor-o-Velho números R1073/4244, R1285/4626, R1286/4628, R1291/4636, R1294/4642, R1297/4648, R1375/4799, R1376/4801 e sobre o artigo Urbano do mesmo concelho nº U172/636, recai hipoteca a favor do Novo Banco para garantia de um empréstimo de montante máximo de 130.000,00 €. Os Bens mencionados estão considerados na rubrica Propriedades de Investimento a 31/12/2017 pelo valor de 96.940,00 €.

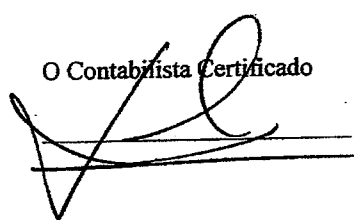
Foram obtidas avaliações externas de peritos independentes para imóveis apresentados em propriedades de investimento, com base nos quais se verifica que os respectivos justos valores são superiores ou iguais às respectivas quantias escrituradas. Neste contexto é convicção da Administração que os valores escriturados na rubrica de propriedades de investimento são recuperáveis.

5 - Ativos intangíveis

5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte :
Em 31 de Dezembro de 2017:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período		24 000,00	2 348,00					26 348,00
Amortizações acumuladas totais no fim do período			2 348,00					2 348,00
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início		24 000,00	2 348,00					26 348,00
Amortizações acumuladas			2 348,00					2 348,00
Saldo no início do período		24 000,00						24 000,00
Variações do período								
Total de aumentos								
Total diminuições								
Saldo no final do período		24 000,00						24 000,00

A Administração




Em 31 de Dezembro de 2016:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período		24.000,00	2.348,00					26.348,00
Amortizações acumuladas totais no fim do período			2.348,00					2.348,00
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início		24.000,00	2.348,00					26.348,00
Amortizações acumuladas			2.348,00					2.348,00
Saldo no início do período		24.000,00						24.000,00
Transferências do período								0,00
Total de aumentos								
Total diminuições								
Saldo no final do período		24.000,00					0,00	24.000,00

6 - Gastos de empréstimos obtidos

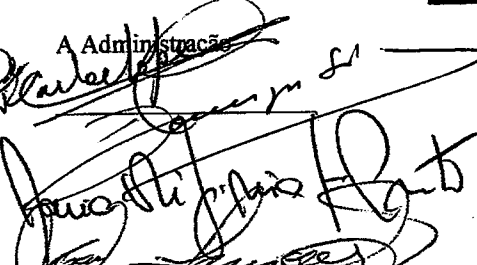
6.1. Gastos de empréstimos obtidos


Descrição	2017	2016
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	4.013,84	14.132,24
Juros de financiamentos suportados	4.013,84	14.132,24

7 - Inventários

Os Inventários a 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 dizem respeito a:

Inventários	31/12/2017	31/12/2016
Arroz	140 621,74	138 884,80
Aveia (Ativos Biológicos)	2 874,35	0,00
Madeira (Ativos Biológicos)	20 500,00	0,00
Outros Consumíveis	5 110,92	2 274,93
TOTAIS	169 107,01	141 159,73

A Administração


O Contabilista Certificado


7.1. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mercadorias 2017	Mat. Primas 2017	Total Período 2017	Mercadorias 2016	Mat. Primas 2016	Total Período 2016
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS						
Inventários iniciais		2 274,93	2 274,93		1 695,61	1 695,61
Compras		85 943,06	85 943,06		74 517,14	74 517,14
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais		5 110,92	5 110,92		2 274,93	2 274,93
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		83 107,07	83 107,07		73 937,82	73 937,82
OUTRAS INFORMAÇÕES						

7.2. Apuramento da variação nos inventários de produção e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Arroz 31/12/2017	Aveia 31/12/2017	Madeira 31/12/2017	Total Período 2017	Arroz 31/12/2016	Madeira 31/12/2016	Total Período 2016
APURAMENTO DA VARIAÇÃO DE PRODUÇÃO							
Inventários finais	140 621,74	2 874,35	20 500,00	163 996,09	138 884,80		138 884,80
Reclassificação e regularização de inventários							
Inventários iniciais	138 884,80			138 884,80	104 133,60	26 966,72	131 100,32
Variação nos inventários da produção	1 736,94	2 874,35	20 500,00	25 111,29	34 751,20	(26 966,72)	7 784,48
OUTRAS INFORMAÇÕES							

O arroz é um ativo biológico que à data de 31 de Dezembro de 2017 se encontrava pronto para venda e, portanto, foi reclassificado para inventário pelo respetivo justo valor. Também a 31 de Dezembro encontravam-se ativos biológicos relativos à produção de aveia e madeira nas propriedades de Serrado do Sapagal e Barril. A 31 de Dezembro de 2016 os inventários diziam respeito essencialmente ao arroz.

A Administração
 O Contabilista Certificado
 João Luís de Jesus Pinto

8 - Rédito

- 8.1. **Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:**

Descri�o	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	224.477,95	146.426,86
Presta�o de serviços	10.112,80	3.169,20
Total	234.590,75	149.596,06

- Subsídio do Governo e apoios do Governo

- 9.1. **Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresenta o adoptados nas demonstra es financeiras**

Os subsídios do governo foram reconhecidos ao seu justo valor por existir uma garantia suficiente de que o subsídio vai ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios   explora o destinam-se   cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados   medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Em 2017 a Funda o reconheceu na rubrica Subsídios a quantia de 125.025,04   relativos a subsídios atribuídos pelo IFAP; deste valor 136.901,09   respeitam   campanha agrícola de 2017, tendo sido abatido a este valor 11.876,05   relativa   previsão excessiva de 2016. Dos subsídios de 2017 estão por receber 12.963,07     data de 31 de Dezembro de 2017, sendo que   data de aprova o de contas já haviam sido recebidos 8.079,30  .

Em Agosto de 2016 a Funda o celebrou com o IFAP um contrato de apoio ao Investimento. Do Investimento total a que se prop o realizar (159.912,50  ), foram concretizados em 2016 36.592,52  , dos quais 35.000,00   são elegíveis no âmbito do contrato celebrado; o incentivo concedido para este investimento pelo IFAP foi de 14.000,00  . Em 2017 foram concretizados 13.500,00   de investimento totalmente elegível/financiado pelo IFAP. A quota parte de subsídio ao Investimento considerada em 2017 foi de 2.707,25   (incluído na rubrica Outros rendimentos). A contabiliza o deste apoio foi efetuada de acordo com o descrito no ponto referente às bases de mensura o usadas nas demonstra es financeiras.

Na Rubrica Outros Rendimentos salientamos ainda o ganho obtido com a aliena o do imóvel da Rua General Taborda, em Lisboa. A venda deste imóvel totalizou 550.000,00   e gerou uma mais valia no montante de 110.236,05  .

A Administra o
 [Assinatura]
 [Assinatura]

[Assinatura]

Segue em baixo quadro com o desdobramento da rubrica Outros Rendimentos:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
MEP – Cunha & Eça Lda		11.677,36
Descontos de Pronto Pagamento	25,28	3.158,22
Ganhos com Alienação de Propr. de Investimento	110.236,05	
Subsídios ao Investimento	2.707,25	1.749,30
Outros	6.012,75	4.481,37
Total	118.981,33	21.066,25

10 - Impostos sobre o rendimento do período

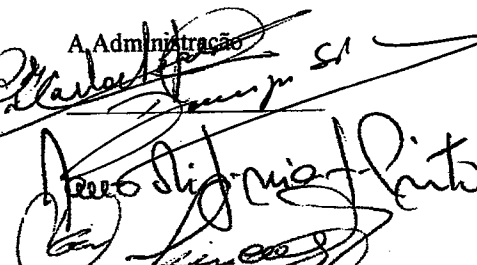
10.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:


Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	146.537,15	(38.438,97)
Imposto corrente	18.688,09	98,40
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	18.688,09	98,40
Tributações autónomas	338,83	98,40

11 – Gastos com o Pessoal

O número médio de pessoas ao serviço da Fundação foi de 4 para os anos de 2017 e 2016 (três homens e uma mulher).

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	57.136,90	100.007,31
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	41.923,82
Remunerações do pessoal	46.416,63	40.634,93
Encargos sobre as remunerações	9.487,13	15.410,73
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	922,24	1.640,07
Outros gastos com o pessoal	310,90	397,76

A Administração

 João Sérgio Pinto



12 - Divulgações exigidas por diplomas legais**12.1. Outras divulgações exigidas por diplomas legais**

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Outras informações

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os membros dos órgãos sociais. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos.

13 - Fornecimentos e Serviços Externos**13.1. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	34.205,62	24.211,60
Serviços especializados	83.138,87	67.271,43
Trabalhos especializados	42.300,89	38.606,80
Vigilância e segurança	7.691,87	7.553,39
Honorários	12.065,32	1.006,50
Conservação e reparação	20.761,57	19.854,72
Outros	319,22	250,02
Materiais	2.356,09	1.418,99
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.201,47	192,53
Livros e Documentação Técnica	0,00	15,60
Material de escritório	893,69	1.210,86
Artigos para oferta	260,93	
Energia e fluidos	30.539,95	36.670,25
Eletricidade	8.520,74	6.450,88
Combustíveis	20.657,90	28.888,80
Água	1.346,09	1.141,04
Outros	15,22	189,53
Deslocações, estadas e transportes	4.191,01	492,55
Deslocações e estadas	4.191,01	492,55
Serviços diversos	10.116,53	6.687,22
Rendas e alugueres	399,28	
Comunicação	3.711,57	3.307,82
Seguros	2.378,25	2.908,55
Contencioso e notariado	530,06	367,06
Despesas de representação	353,90	
Limpeza, higiene e conforto	642,79	43,79
Outros serviços	2.100,68	60,00
Total	164.548,07	136.752,04

Adm. Finanças
 Maria Eduarda Vasques da Cunha de Eça
 Maria Eduarda Vasques da Cunha de Eça



14 - Investimentos Financeiros**14.1. Identificar se existem participações entre entidades**

Ano 2017:

Denominação Entidade Participada	NIF	Método Valorização	V.Nominal	Quota Parte no Res.Liq 2017	Valor Actual da Participação	% Participação	Direito Voto
CUNHA & EÇA, LDA	507188683	Eq.Patrimonial	2.500,00	(1.169,24)	90.006,73	50,00%	50,00%

Por aplicação do método de equivalência patrimonial à participação financeira detida na sociedade CUNHA & EÇA foi reconhecido um ganho de 11.677,36 €, incluído na rubrica Outros rendimentos e Ganhos.

Quadro Comparativo (Ano 2016):

Denominação Entidade Participada	NIF	Método Valorização	V.Nominal	Quota Parte no Res.Liq 2016	Valor Actual da Participação	% Participação	Direito Voto
CUNHA & EÇA, LDA	507188683	Eq.Patrimonial	2.500,00	11.677,36	91.175,97	50,00%	50,00%

14.2. Transações entre partes relacionadas**14.2.1. Natureza do relacionamento com as partes relacionadas**

O relacionamento atual com a participada CUNHA & EÇA, Lda assume essencialmente a vertente de financiamento e o apoio à gestão.

14.2.2. Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2017:

Descrição	Empresa Mãe	Subsidiárias	Associadas	Entid. com ctrl conj/IS	Empreend. conjuntos	Pessoal chave gestão	Outras partes relat.
SALDOS PENDENTES							
Cientes				167.653,50			
Conta de outros devedores e credores				128.346,08			
VALOR DAS TRANSAÇÕES							

Quadro comparativo (Ano 2016):

Descrição	Empresa Mãe	Subsidiárias	Associadas	Entid. com ctrl conj/IS	Empreend. conjuntos	Pessoal chave gestão	Outras partes relac.
SALDOS PENDENTES							
Cientes				167.653,50			
Conta de outros devedores e credores				125.066,32			
VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS							

14.3 . Outras informações sobre participações

Em Dezembro de 2015 foi dissolvida a sociedade E.C.E. – S.G.P.S., S.A., pelo que a participação que a Fundação detinha nesta sociedade de 92 % foi extinta. A dissolução desta gerou o ajustamento dos ativos que a Fundação detinha sobre esta sociedade.

A E.C.E.-S.G.P.S., S.A, de acordo com o previsto, recebeu em 2016 o reembolso do Pagamento Especial por Conta no montante de 1.380,00 €; em 2017 foi transferido para a Fundação o valor total da sua quota-parte neste reembolso – 735,75 €, o que gerou um ganho deste valor.

15 – Outros Gastos

A repartição dos Outros Gastos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Outros Gastos	2017	2016
Impostos	6 543,58	4 260,75
Aplicação do MEP	1 169,24	
Correcções Exercícios Anteriores	464,67	7 160,50
Despesas Funeral da Presidente	0,00	5 000,00
Gastos com legado cf Testamento	5 784,24	5 749,68
Outros Gastos	3 116,85	4 820,22
Total	17 078,58	26 991,15

16 – Estado e outros entes públicos

Relativamente à rubrica Estado salientamos que em 2017 foi solicitado e recebido um reembolso de IVA que totalizou 78.247,47 €. Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os saldos relativos a Estado e outros entes públicos decompõem-se como segue:

	2017		2016	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC		18 130,01	693,96	
Impostos s/ rendimento - IRS		341,15		707,74
Imposto s/ valor acrescentado - IVA		157,90	64 413,59	
Contribuições p/ segurança social		1 135,69		1 292,99
Outros impostos		4,80		
	0,00	19 769,55	65 107,55	2 000,73

A decomposição da rubrica - Imposto s/ rendimento - IRC é como se segue:

IRC	2017	2016
Estimativa de Imposto	(18 688,09)	(98,40)
IRc a recuperar		
Retenções na Fonte	558,08	792,36
Outros créditos a receber	18 130,01	1 480,08

17 - Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os saldos relativos a créditos a receber decompõem-se como segue:

Corrente	2017	2016
Outros devedores	182 134,15	276 838,28
Fornecedores	105,88	
Cientes	172 853,78	171 914,25
Ajustamentos	0,00	0,00
Outros créditos a receber	355 093,81	448 752,53

Os principais valores apresentados em Outros devedores em 31 de Dezembro de 2017 dizem respeito ao valor a receber de Cunha & Eça Lda conforme divulgado na nota 14 (128.346,08 €) e ao valor a receber em 2017 do IFAP relativo à campanha agrícola de 2017 (12.963,07 €) e ao apoio ao investimento (40.575,00 €), conforme divulgado na nota 9. Comparativamente em 2016 os principais valores apresentados em Outros devedores eram: Cunha & Eça Lda (125.066,32 €) e o IFAP (144.000,00 €).

A repartição dos clientes nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Cientes	2017	2016
Cientes c/c gerais	5 200,28	4 260,75
Cientes c/c subsidiárias	167 653,50	167 653,50
Cientes cobrança Duvidosa		
Total	172 853,78	171 914,25

A 31 de Dezembro de 2017 os adiantamentos recebidos de clientes totalizavam 126.000,00 €; comparativamente em 2016 este valor era de 123.143,75 €.

18 - Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2017, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa é como segue:

Descrição	Saldo inicial	Saldo Final
Caixa	833,21	483,01
Depósitos à ordem	204 114,06	291 863,70
Outros depósitos bancários	-	-
Total	204 947,27	292 346,71

Ano 2016:

Descrição	Saldo inicial	Saldo Final
Caixa	489,16	833,21
Depósitos à ordem	152 146,90	204 114,06
Outros depósitos bancários	-	-
Total	152 636,06	204 947,27

19 – Fundos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2017 as variações ocorridas na rubrica Outras Variações nos Fundos Patrimoniais respeitam aos seguintes acréscimos líquidos: Subsídios ao Investimento a reconhecer (IFAP) no valor de 44.617,75 € e Doações no valor de 293.880,00 €. A Doação foi feita em testamento da anterior Presidente da Fundação, D. Maria Isabel Sousa, e refere-se à Propriedade na Quinta da Guia em Buarcos, propriedade esta afectada à Actividade Social. Entendeu a Administração valorizar esta propriedade ao Valor Patrimonial atribuído pela AT por ser o mais correcto, adequado e fidedigno. O detalhe dos Fundos Patrimoniais é como segue (ver detalhe dos movimentos ocorridos nos anos de 2017 e 2016 na Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais):

Descrição	Saldo inicial	Saldo Final
Fundos	8 186 835,25	8 186 835,25
Resultados transitados	(248 839,89)	(287 377,26)
Ajustamentos/Out.Var.nos Fundos Patrimoniais	106 732,83	445 230,58
Total	8 044 728,19	8 344 688,57

Ano 2016:

Descrição	Saldo inicial	Saldo Final
Fundos	8 186 835,25	8 186 835,25
Resultados transitados	(281 264,46)	(248 839,89)
Ajustamentos/Out.Var.nos Fundos Patrimoniais	94 482,13	106 732,83
Total	8 000 052,92	8 044 728,19

20 – Fornecedores

A repartição dos Fornecedores nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Fornecedores	2017	2016
Fornecedores c/c gerais	11 951,24	37 907,39
Fornecedores c/c subsidiárias		
Total	11 951,24	37 907,39

Os valores em dívida estão directamente relacionados com as actividades secundárias desenvolvidas pela Fundação.

21 – Financiamentos Obtidos

A repartição dos Financiamentos Obtidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Financiamentos Obtidos	2017	2016
Empréstimos Bancários – Contas Caucionadas	150 000,00	310 000,00
Empréstimos Bancários – Outros Emp. Não Corrente eq. Locação	20 571,40	24 428,56
Total	170 571,40	334 428,56

Os financiamentos obtidos foram efetuados com o objetivo de financiarem a atividade agrícola corrente e assumem essencialmente a forma de contas correntes caucionadas. O único financiamento não corrente (contrato de financiamento -prazo de locação a 84 meses) totaliza a 31/12/2017 o montante de 20.571,40 (não corrente: 16.714,24 €; corrente: 3.857,16 €); sobre este financiamento não incidem juros. Quanto aos restantes financiamentos, os mesmos vencem juros calculados à taxa Euribor a 6 meses de acordo com as condições normais de mercado.

Plano de Pagamentos	
até 1 Ano	153 857,16
Entre 1 ano e 2	3 857,16
Entre 2 anos e 5	12 857,08
Mais de 5 anos	0,00
Total	170 571,40

22 – Outros passivos correntes

A repartição dos outros passivos correntes nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Outros passivos correntes	2017	2016
Fornecedores de Investimentos		
Adiantamentos de clientes	126 000,00	123 143,75
Remunerações a Pagar		5 322,91
Credores Diversos		3 715,35
Outras Contas a Pagar		
Outros Credores por Acréscimo gastos	9 080,41	21 594,93
Total	135 080,41	153 776,94

Os adiantamentos recebidos de clientes têm a natureza de adiantamentos por conta de vendas ocorridas no ano subsequente.

23 – Resultado Líquido

O Resultado Líquido nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Resultado Líquido	2017	2016
Total dos Rendimentos e Ganhos	505 794,35	341 171,85
Total dos Gastos e Perdas	(377 945,29)	(379 709,22)
Resultado Líquido	127 849,06	(38 537,37)

24 - Outras divulgações

1 - Eventos Subsequentes

Após o termo do exercício ocorreu o seguinte facto relevante:

1 - Recebimento no 1º Trimestre de 2018 do IFAP o valor de 8.079,30 €, dos 12.963,07 € de subsídios reconhecidos estimando-se que o restante valor seja recebido em Julho.

2 - Proposta de Aplicação do Resultado

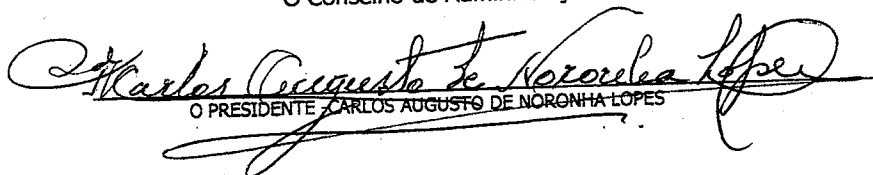
A Fundação no período económico findo em 31 de dezembro de 2017 realizou um resultado líquido de 127.849,00 €, propondo-se que seja levado a Resultados Transitados.

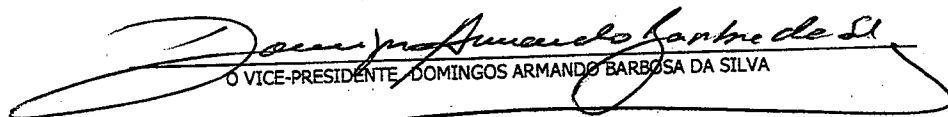
3 - Ativos e Passivos Contingentes

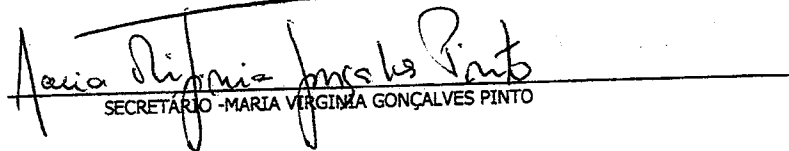
A Fundação deu como garantias a financiamentos alguns dos seus imóveis de acordo com o indicado nas Notas 4 e 5 deste Anexo.

Lisboa, 27 de Abril de 2018

O Conselho de Administração


O PRESIDENTE - CARLOS AUGUSTO DE NORONHA LOPES


O VICE-PRESIDENTE - DOMINGOS ARMANDO BARBOSA DA SILVA


SECRETÁRIO - MARIA VIRGINIA GONÇALVES PINTO


TESOUREIRO - JOSE FILIPE DOS SANTOS LUCAS


VOGAL - NUÑO MIGUEL MARTINS GARCIA

A Administração

O Contabilista Certificado

